

JORNAL DO SERVIDOR

POR
MARTHA IMENES

Licia Rubinstein/Agência IBGE Notícias



Associação afirma que as medidas têm caráter político

Abaixo-assinado em defesa da autonomia do IBGE

Em mais um capítulo dos embates entre servidores e a gestão de Márcio Pochmann no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do IBGE (ASSIBGE-SN), lançaram um abaixo-assinado em que pedem apoio da sociedade civil, acadêmicos e entidades representativas para reforçar a independência do IBGE diante das denúncias de perseguição interna e uso político da instituição. No documento, os funcionários relatam o que classificam como uma “caça às bruxas” dentro do órgão, com remoções e substituições de equipes técnicas por servidores recém-concursados, como denunciado pelo Correio da Manhã, no Jornal do Servidor de 29 de janeiro.

Servidores defendem mudança

A associação afirma que as medidas têm caráter político e comprometem a independência do instituto, responsável por dados estratégicos para o país. Além de denunciar o clima de insegurança, os servidores defendem mudanças na forma de escolha da presidência do IBGE, hoje indicada pelo governo federal. Para eles, é necessário um processo que assegure maior independência e proteção contra interferências externas.

Divulgação



Movimentos sociais reforçam a importância de Pochmann

Apoio de movimentos sociais

Se de um lado o sindicato de servidores ataca a gestão de Pochmann, movimentos sociais que integram as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo já divulgaram nota pública em solidariedade ao economista. As manifestações de apoio ocorrem em meio a disputas dentro do instituto, após Pochmann propor a criação de uma fundação vinculada ao IBGE para captar recursos privados. A iniciativa foi alvo de resistência de servidores e do sindicato da categoria, que apontaram risco de uso político da instituição.

Pensamento social e ciência

No documento, os movimentos sociais afirmam que Pochmann “não é apenas uma figura técnico-política, mas um símbolo do pensamento social e da ciência e do conhecimento”. O texto também ressalta que sua gestão tem sido “essencial para fortalecer projetos que apontem a realidade e possibilitem políticas de inclusão, justiça social e a construção de uma sociedade mais igualitária”.

Analistas do INSS

Após manifestação da Associação Nacional dos Analistas do Seguro Social (Anaseg), chegou a vez da Associação Nacional dos Servidores Públicos da Previdência e Seguridade Social (Anasps) solicitar explicações sobre a minuta de decreto que redefine funções dentro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Tarefas

O documento foi enviado ao presidente da autarquia, Gilberto Waller Júnior. De acordo com a entidade, a proposta prevê que atividades como análise de requerimentos, revisões, cumprimento de decisões judiciais e alterações cadastrais passem a ser exclusivas dos técnicos do Seguro Social.

Benefícios

A Anasps questiona se a mudança contida na minuta de decreto pode impactar a fila de benefícios que aguardam análise e se estaria relacionada à falta de recursos para o pagamento de bônus por produtividade. A associação ressalta ainda que os analistas desempenham papel relevante na análise de pedidos.

Estudo

No documento, a entidade pede também a divulgação do estudo técnico que fundamenta a alteração e esclarecimentos sobre o possível redirecionamento das funções dos analistas para atividades estratégicas que contribuam para acelerar a concessão de benefícios. A fila hoje, segundo fontes, passa de 3 milhões de pessoas.

Técnicos

O INSS afirmou que a análise e concessão de benefícios já são realizadas majoritariamente por técnicos do Seguro Social. Segundo o órgão, os analistas representam 21% da força de trabalho, mas apenas 4,17% atuam diretamente na análise e concessão, o que não impactaria a fila represa-da de requerimentos.

Segurança

O instituto diz que a minuta do decreto busca dar segurança jurídica às atividades já desempenhadas e não retira atribuições dos analistas. A proposta, segundo o INSS, assegura a continuidade de suas funções e formaliza a atuação dos técnicos na atividade-fim, sem impacto no número de servidores que analisam benefícios.



Kleber Cabral, da Unafisco, foi ouvido pela PF remotamente

Debate sobre limites vem à tona após intimação

Entidades repudiam medida determinada por Moraes, do STF

Por Martha Imenes

A intimação do presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional), Kléber Cabral, para depor na Polícia Federal após declarações críticas sobre a operação que investigou auditores da Receita Federal, reacende o debate sobre os limites da liberdade de expressão de dirigentes sindicais e sobre a proporcionalidade das medidas cautelares aplicadas contra servidores públicos em fase preliminar de investigação.

A ação foi determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, que apura suposto acesso indevido a dados sigilosos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e seus familiares. Em entrevista, Cabral classificou a operação como “um dos maiores casos de desproporcionalidade da história recente do Judiciário” e afirmou que “é menos arriscado fiscalizar membros do PCC do que altas autoridades”. As declarações, feitas em defesa dos auditores, motivaram a intimação pela PF.

Entre as entidades a emitir nota está a Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP). No texto, a entidade repudia o uso do Inquérito nº 4.781, conhecido como “inquérito das fake news”, para intimidar o presidente da Unafisco Nacional, auditor-fiscal Kléber Cabral. A entidade, que representa mais de 800 mil servidores nas três

esferas e Poderes, considera a medida uma afronta à liberdade de manifestação do pensamento garantida pela Constituição Federal.

Segundo a CNSP, instaurado em 2019 sem objeto claramente delimitado e sem prazo para conclusão, o inquérito passou a ser utilizado para convocar dirigentes associativos, criando “ambiente de intimidação, repressão e mordada, incompatível com o Estado Democrático de Direito”. A confederação lembra que o STF já reconheceu, na ADI 1.969, que a liberdade de reunião e associação é fundamento das democracias modernas e que não pode haver exigência de licença para criticar arbitrariedades.

A nota afirma ainda que a intimação de Cabral pela Polícia Federal “não apenas agride as liberdades constitucionais, como também a dignidade da pessoa humana”, expondo lideranças sindicais à vulnerabilidade e contrariando a Convenção nº 190 da OIT, que prevê proteção contra assédio e intimidação.

Além da crítica ao inquérito, a CNSP aponta que, enquanto se convoca um dirigente sindical para depor, permanecem sem esclarecimento casos como o do Banco Master e Banco Pleno, que resultaram em prejuízos bilionários ao Fundo Garantidor de Crédito. A entidade cobra explicações do Supremo Tribunal Federal sobre esses episódios, que, segundo a confederação, afetam diretamente milhares de credores.